

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO EM VIAGEM OFICIAL

Período: 08 a 14 de dezembro de 2019

Local: Madrid, Espanha

Edilázio Júnior, Relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudança do Clima (CMMC), participou da COP 25, em Madrid, Espanha.

Este relatório pretende apresentar breve relato sobre a importância do evento e dos principais temas discutidos.

APRESENTAÇÃO

As Conferências das Partes são encontros anuais dos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), criada em 1992 após a realização da Rio-92, com o objetivo de discutir e firmar compromissos para combater o aquecimento global e seus efeitos na Terra.

Os dois mais importantes marcos do clima firmados no âmbito da Convenção-Quadro são o Protocolo de Quioto, firmado na COP-3 em 1997, e o Acordo de Paris assinado na COP-21 em 2015.

O Acordo de Paris estabelece como meta principal limitar o aumento médio da temperatura global, até 2100, em até 2°C acima dos níveis registrados antes da Revolução Industrial, além de promover esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. Para viabilizar o atingimento desses objetivos, cada nação apresentou sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), que estabelece não só os



percentuais de redução das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), mas também ações que serão adotadas para alcançar esse fim.

O desafio lançado para as COPs seguintes à COP-21 é estabelecer um “livro de regras” para os dispositivos do Acordo de Paris, regulamentando essas regras, tais como o financiamento das ações climáticas, a cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, os mecanismos de desenvolvimento sustentável, a transparência na cooperação entre as partes, os diálogos facilitativos, entre outros aspectos.

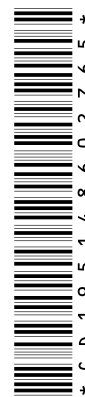
PRINCIPAIS DESTAQUES

Particpei de rodas de debates e de plenárias com parlamentares do Brasil e de todo o mundo, com técnicos ambientalistas e com defensores do agronegócio, sobre a situação climática do planeta e relativas ao cumprimento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Dentre os temas tratados, destacou-se a importância do combate ao desmatamento a fim de recuperar a imagem do Brasil no âmbito internacional. Também foi ressaltada a importância da regularização fundiária como instrumento para facilitar a fiscalização e a punição dos responsáveis pelos crimes ambientais.

Resultados da COP-25

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas aconteceu em Madrid, na Espanha, entre os dias 02 e 13 de dezembro. Participaram líderes mundiais e representantes de mais de 200 países para discutirem o aumento do clima no planeta, apontarem soluções para o aquecimento global e proporem ações mais ambiciosas para o Acordo de Paris – cujas metas aprovadas em dezembro de 2015 se mostraram insuficientes para



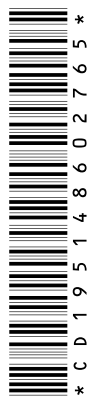
limitar o aumento da temperatura global em 1,5 °C acima do período pré-industrial.

Um dos temas centrais nas discussões da COP25, inclusive na participação da comitiva brasileira, foi o Mercado de Carbono. Essa controversa proposta, nascida em 1997 com a assinatura do Protocolo de Kyoto, determina uma cota máxima de gases de efeito estufa que as nações podem emitir, contudo, possibilita a negociação de cotas, em que os países, sobretudo os em desenvolvimento, que não conseguem atingir as metas possam comprar créditos de carbono daqueles que reduziram suas emissões.

As discussões sobre o Mercado de Carbono, bem como as de medidas práticas de combate ao aquecimento global, encontraram dificuldades para se chegar a um consenso entre todos os países participantes e podem se estender pelo fim de semana ou até mesmo ter suas resoluções adiadas para a edição seguinte da Conferência, no próximo ano.

Um dos empecilhos para se firmar um acordo para o Mercado de Carbono envolve, inclusive, o Brasil. Vários cálculos estão sendo desenhados para concretizar a comercialização dos créditos de carbono, mas alguns países, principalmente europeus, não querem aceitar propostas como a defendida pelo Brasil, nas quais um país seria categorizado, ao mesmo tempo, como uma nação vendedora e compradora desses créditos.

Contudo, alguns acordos já foram definidos, como o realizado pelos países da União Europeia para limitar suas emissões de gases de efeito estufa. O acordo regional, denominado “Pacto Verde”, visa orientar as nações pertencentes ao bloco a não emitir mais gases que sua própria capacidade de absorvê-los, estando passíveis de taxações caso não sigam essa meta. Será criada, até o próximo ano, uma unidade de fiscalização.



Outro ponto levantado nas discussões da conferência foi sobre a ajuda de países ricos na redução da emissão de gases de efeito estufa e na proteção de ecossistemas de países pobres e em desenvolvimento, sobretudo as florestas – as maiores captoras de carbono da atmosfera. Além disso, é cobrado um amparo de países ricos também aos países pobres, que mais acabam sentindo os efeitos do aquecimento global.

Apesar de apoiada pelos economistas, a proposta de se obter ajuda financeira dos países desenvolvidos para auxiliar os mais pobres a se adaptarem às metas globais de desenvolvimento sustentável, incluindo a redução das emissões de carbono, é necessário que a negociação do financiamento seja transparente e não prejudique a integridade ambiental.

4.4 Fotos na COP-25



Foto 4.1 Relator da CMMC, Deputado Edilázio Júnior, durante evento da COP-25

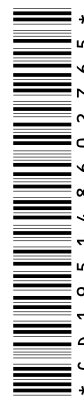




Foto 4.2 Comitativa de Parlamentares e autoridades do Poder Executivo em evento realizado na Embaixada Brasileira: “Etanol: uma solução para a mobilidade sustentável”.





4.3 Parlamentares participando de debate de avaliação sobre o Acordo de Paris e a NDC brasileira no Brazilian Action Hub

